

A economia social é determinante na promoção da igualdade



Álvaro Garrido (autor), António Leandro (administrador da Livraria Santa Joana e membro da equipa apoio às IPSS diocesanas) e Raquel Campos (professora da Universidade Católica)

Apresentação do livro “Uma história da economia social”, de Álvaro Garrido

As instituições da economia social “têm um papel determinante na promoção da igualdade social”, disse Álvaro Garrido na apresentação do seu livro “Uma história da economia social” (ed. Tinta da China). “Espero que nunca se perca este compromisso de complementaridade entre políticas públicas e setor social”, sublinhou o historiador na sessão que decorreu na Livraria Santa Joana, na tarde de 8 de março, perante cerca de duas dezenas de pessoas, maioritariamente ligadas às IPSS (instituições particulares de solidariedade social) da Diocese de Aveiro. O atual diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, esterejense de origem e antigo diretor do Museu Marítimo de Ílhavo, deixou claro que a economia social é muito mais do que as IPSS, embora estas

se distingam. Também as mutualidades, as cooperativas, as fundações e as misericórdias fazem parte da economia social, um setor que não procura o lucro, ao contrário das empresas típicas, mas o serviço público. Alguns chamam à economia social terceiro setor (Estado, governo e empresas públicas são o primeiro; o segundo são as empresas privadas).

Álvaro Garrido, que chegou à economia social depois de estudar as mútuas dos pescadores, observou que os líderes políticos

O setor social passa por grandes mudanças, mas já deu provas, disse Raquel Campos, de “resiliência e adaptabilidade” e de “inovação social persistente”.

de formação católica foram determinantes na criação de legislação para as instituições sociais, as quais, na perspetiva católica, surgem para concretizar as Obras de Misericórdia. Maria de Lourdes Pintasilgo criou a primeira lei, depois completada por legislação da AD de Sá Carneiro, mais o “triângulo” António Guterres, Ferro Rodrigues e P.e Vítor Melícias. A partir de 1996, o compromisso das transferências anuais de apoios financeiros para as instituições sociais fica contratualizado.

Nas palavras da professora Raquel Campos, que apresentou a obra, o livro “preenche uma lacuna”, pois o que estava escrito sobre este setor era muito disperso e fragmentado. A professora da Universidade Católica salientou que durante o Estado Novo o setor da economia social “tanto foi apoiado como perseguido”. Na atualidade, passa por grandes mudanças, mas já deu provas, disse Raquel Campos, de “resiliência e adaptabilidade” e de “inovação social persistente”.